

Conferência Heterarquia político-estratégica e heterotopia tecnoprodutiva*

René Armand Dreifuss**

O planeta Terra vem “ganhando uma nova cara”, modelada por acelerados processos de diferenciação, diversificação e recomposição econômica e político-estratégica. São processos configurados em menos de 20 anos, que espelham a dinâmica de profundas e abrangentes transformações das bases científico-tecnológicas, produtivas e culturais das socioeconomias “avançadas”. Transformações que não se esgotam como “revolução”, mas apontam esboços de **mutação civilizatória**, sustentadas por *chips* com um quarto de bilhão de transistores e do tamanho de um cartão de crédito; por computadores baseados na optoeletrônica e sensíveis ao comando oral; por *software* inteligente para administrar redes de computadores hipercomplexas e de multiplicidade de funções, que reorganizam o acontecer urbano; por mecanismos de transmissão de informação, cuja velocidade é medida em trilhões de *bits* por segundo; por uma densa megarede global de fibras óticas, conexões satelitais, elos sem fio e circuitos de imagem digital envolvendo o planeta. Mutações que envolvem a criação de **espaços societários** informados e sóciomercados “informatizados”, os quais, por sua vez, são indispensáveis para a própria potencialização da infra-estrutura de pesquisa e desen-

* Conferência ministrada no Segundo Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, na Universidade de São Paulo.

** Cientista Político, Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP.

volvimento e para as novas e avançadas estruturas e formas de produção, consumo, participação e gestão que as viabilizam. Sonho? Não, “simplesmente” realizações no limiar do século XXI e, por sua vez, 40 anos antes de dobrarmos a população atual e chegarmos a estonteantes 12 bilhões de pessoas no Planeta.

Essas “tele-info-sociedades” de conhecimento e aprimoramento comunitário — antes restritas aos países da **Triade** (uma denominação que reúne Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia) — incluem não só a **Díade** (Rússia e CEI), mas as **potências históricas reemergentes** da “nova onda” (China e sua comunidade ultramarina, os *kakios*; Índia e sua diáspora). Juntos, esses países compõem o diversificado **eixo Norte-Norte**, ampliado, de forma desigual e combinada, pela integração da República da Coreia, de Taiwan e de outros países há pouco denominados de “recentemente industrializados” (NICs) e hoje considerados como “industrializados avançados”, que não só se tornaram potências comerciais, mas já multinacionalizaram a sua produção. Um eixo que se configura como principal cenário de conflito, ao qual se juntam as bases de serviços e finanças (Cingapura, Hong Kong) e as “ilhas” de excelência em países dos antigos Segundo e Terceiro Mundos, configurando um sistema diferenciado substancialmente do restante do Planeta, embora não homogêneo, já que, no interior dessa articulação supra-espacial, persistem (e se desenvolvem) colossais diferenças e marcantes desavenças.

A transformação das nações “desenvolvidas” em um complexo sistema de “economias geradoras de conhecimento avançado” e em “sociedades de comunicação eletrônica” (ricas em informação e razoavelmente satisfeitas, embora ameaçadas pelo desemprego estrutural) contrapõe-se à acentuação de carências sociais e à desinformação em sociedades e nações desinformatizadas do **eixo Sul-Sul**; e implode antigas hierarquizações (Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto Mundo), assim como explode as dicotomias “centro-periferia”, “desenvolvido-subdesenvolvido” e “progressista-conservador” através do desenho de um “único Mundo”, no interior do qual se desdobram variações e diferenciações econômicas, políticas, culturais e societárias, que retraçam os contornos de regionalizações e regionalismos, localismos e particularismos.

Trata-se da configuração de uma **heterotopia**, mapeada e norteadas pelas **plataformas** científico-tecnológicas e pelos **pólos motores** produtivos do eixo Norte-Norte ampliado, que geram continentalizações e macromercados. Uma heterotopia onde os Estados Unidos continuam como megapotência em ciên-

cia básica e hiper alta tecnologia (engenharia genética, microprocessamento, criação de *software*, telecomunicações, informática, computação, robótica, assim como em tecnologia aeroespacial, digital e ambiental) e, paradoxalmente, como superpotência de produção industrial de baixo custo; e onde países da Europa Ocidental (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Suíça) se apresentam como potências e superpotências em química, farmacêutica, transporte, tecnologia aeroespacial e ambiental, transporte e ciência básica; enquanto, na Europa Oriental, se destacam as ilhas de excelência em matemáticas (Hungria), ciência da computação (Bulgária) e a superpotência russa em ciência básica, física, matemáticas, tecnologia aeroespacial, *lasers*, e metalurgia. Na Ásia, são destaques: a potência israelense em matemáticas, imagem e (de)codificação (*digital encryption*), biotecnologia e química, *software* e desenho de *chips*, microeletrônica e engenharia de precisão, além de um leque amplo de eletrônicos de consumo (assim como Hong Kong, que também desponta na produção de micromotores) e automação industrial; Taiwan, já uma potência na produção de computadores pessoais (e controlando dois terços do mercado mundial de placas-mãe), além de ter entrado com força na tecnologia aeroespacial e nas redes de telecomunicações; a Malásia em *chip packaging*; Cingapura, com sua excelência em biotecnologia e sua potência em *software*; e o Japão, superpotência em *know-how* e tecnologias de produção, miniaturização e nanotecnologia, *display* de computadores, *lasers*, *chips* e eletrônica sofisticada de consumo (Business week, 1994).

Mas trata-se, ainda, de uma heterotopia que também inclui os que entraram recentemente no processo de intensa industrialização (Tailândia, Indonésia) e que já são importantes prestadores de serviços, com este setor representando entre 40% e 50% do PIB; os recentemente industrializados, mas com intensa base agrícola (Vietnã, Coreia do Norte); os “novos pobres” (Romênia, Polônia, Tadjiquistão, Quirquístão, Turqmênia, Albânia, Macedônia); os destruídos (Ruanda-Urundi, Somália, Etiópia, Bósnia); os “micro-Estados” monoprodutivos (Nauru, em vias de desaparecimento) e de indústria do lazer (Vanuatu, Tokelau, Penrhyn, Niauofu, Seychelles, Curaçao, Barbados, Mauritius, São Tomé e Príncipe, Comoros); os dependentes de energia (Uruguai, Chile, El Salvador); os eminentemente rurais e agrícola-extrativos (Angola, Butão, Honduras, Namíbia, Argélia, Jamaica, Guyana); os miserabilizados (Haiti, Bangladesh, Botswana); os desertificados do cinturão do Sahel; os industrializados

“transplantados”, sem base científica adequada e sem criação tecnológica autóctone (México, Argentina, Brasil, África do Sul, Indonésia), etc.¹

A reorganização tecnoprodutiva a que nos referimos é pautada pelas intensas e abrangentes **inovações** científicas, pela aceleração tecnológica (a rapidíssima tradução do novo conhecimento científico para utilização na produção e comercialização de bens e serviços e na aplicação societária) e pelos **saltos** tecnológicos cada vez maiores e em menor espaço de tempo, que requerem cada vez melhores recursos técnicos e meios humanos e maiores capitais. Na sua complexa interação, essas drásticas e profundas **modificações** de comportamento e mentalidade redundam em um alargamento e em uma ampliação das maneiras de “ler”, (re)conhecer e interagir com a pluralidade das diversas formações sócio-culturais e civilizações que hoje se entrecruzam. E exigem **diretrizes de indução** das sociedades (para que estas possam assimilar as mudanças), marcadas pelo discernimento de nova vulnerabilidade e capacidades, estratégicas, dos países e regiões, além de dar sentidos e valores diferentes aos potenciais existentes e já reconhecidos.

Mudanças gestadas em movimentos de **mundialização** societária, **globalização** tecnológica e econômica e **planetarização** gestonária e regulamentadora. Movimentos desiguais e combinados (na sua intensidade, abrangência geográfica, disseminação social e profundidade nacional e local), envolvidos na reestruturação produtiva, na reorganização político-institucional, na reformulação vivencial e na reconfiguração cultural e societária e que exigem, das organizações territoriais, o contorno das diferenças institucionais e de estilos e práticas políticas nacionais e do hábitat legal, além de múltiplas adequações às práticas financeiras, produtivas e comerciais transnacionalizadas (globais e regionais) e, ainda, ajustes aos novos desafios transfronteiriços e transnacionais, de alcance e dimensão planetária, macrorregional ou local. Rearticulação espacial em curso, calcada na nova formulação tecno-científica de *tecnobergs*, que permitem a interligação — e, até mesmo, a interpenetração — seletiva de “ilhas de afluência” sócio-econômica

¹ A idéia de “heterotopizar” os países descansa no uso foucaultiano do termo (FOUCAULT, 1970), como mediado por Steven Connor (1989) em seu ensaio **Introdução às teorias do contemporâneo**, em *Cultura pós moderna*, e aproveita a apreciação explicitada em *Limits to competition* (1989, p.18).

e cultural do eixo Sul-Sul com o eixo Norte-Norte, através das vivência mundializadas e da reafirmação das manifestações culturais particularizadas (DREIFUSS, 1995).

No entanto o esforço para reduzir particularismos estatais e territoriais (quando não prescindir dos Estados), vistos como disfuncionais para as novas modalidades de integração transfronteiriças, traz embutida incompleta **trans-nacionalização econômica** e **supranacionalização político-institucional**, já que os interesses nacionais triádicos e diádicos continuam sendo defendidos. De fato, junto à **projeção de poder sistêmico**, os processos de reformulação estratégica e política no eixo Norte-Norte continuam a ser orientados pela projeção de poder nacional. Isso implica a afirmação dos países como plataformas científico-tecnológicas e pólos motores produtivos e o reforço dos Estados nacionais — agora transmutados em **pivôs** político-estratégicos e culturais —, determinando o resguardo da soberania no seu âmbito, enquanto fora dele são questionadas as prerrogativas estatal-soberanas. Respondem, portanto, aos requerimentos de estabilidade e previsibilidade institucional, econômica e societária pautados pelos pivôs triádicos e pelas emergentes diádes e traduzidos, no seu âmbito perceptivo, em demandas por esforços de gestão planetária dos assuntos públicos e cívicos mais variados. Perpassando as diversas estruturas políticas, sócio-econômicas e culturais das diferentes sociedades, deixam entrever a formação de uma **poliarquia planetária**.

Essa nova *polity* planetária se afirma na despolitização das relações de propriedade e na ausência de grandes questões tematizadas, de mãos dadas com a pulverização e a multiplicação de temas e focos da política dos pequenos espaços (ao invés dos “mega-Estados” e das macrosociedades). Transbordando os perímetros políticos-militares e culturais convencionais do Estado nação, a *polity* internacional em gestação exige o redesenho de funções e do papel de órgãos internacionais e uma reformulação nas regras das relações internacionais. Esboça uma **planetarização** institucional, política e militar incipiente, que se expressa na busca da criação de mecanismos institucionais (como a recente Organização Mundial do Comércio) e de controle político e militar, de configuração supranacional, capazes de (re)desenhar **fronteiras sistêmicas**, com vistas ao ajuste dos ponteiros para a construção de uma nova “configuração transnacional”, paradoxalmente escorada e nutrida na formulação de regras e dispositivos para os mercados, na afirmação das capacidades normativas e regulatórias dos Estados nacionais e, ainda, na emergência de **organizações societárias virtuais** (OSVs) e de **organizações**

não institucionais (ONIs) — substituindo as tradicionais ONGs, muitas já inadequadas para os novos desafios —, buscando a interligação cada vez mais intensa e abrangendo cada vez mais gente, na laboriosa tentativa de “trafegar nos espaços” **pós-paradigmáticos** e **pré-conceituais**.

A *polity* planetária é acalentada, também, por uma agenda de assuntos macrossocietários e transfronteiriços, onde os Estados não mais se sentem confinados às suas “fronteiras”, nem os seus sentimentos nacionais são, em muitos casos, de sentido unificador. Esses assuntos incluem as novas “áreas-problema”, de complexa interação econômica, social, política e cultural **trans-fronteiriça**, envolvendo diversos governos e sociedades, embora os focos dos problemas possam estar situados no interior dos limites formais de Estados nacionais. Entram em cena as **questões transnacionais**: aproveitamento de recursos biogenéticos, energéticos e hídricos e utilização inteligente do meio-ambiente, comunicações, uso do espaço e do mar, criminalidade de drogas e armas, terrorismo de alta tecnologia, pirataria de conhecimento, migrações, reemergência de identidades nacionais, étnicas e religiosas, *law enforcement* através de fronteiras, epidemias, capitais especulativos não fixáveis e que fogem ao controle dos governos, etc. Mas a agenda também incorpora as **questões globais**, que se apresentam como problemas para além da solução e do controle não só de um **único** Estado (ou de um grupo), mas de **qualquer** Estado, requerendo ação conjunta de **todos**, tornando necessária uma redefinição do que seja “segurança”, em particular aquela referenciada pelo Estado e contida nos limites nacionais.

Enquanto o condomínio geoestratégico que dominou a cena mundial por cinco décadas é substituído pelo embrião de uma **poliarquia internacional**, a antiga hierarquia político-estratégica dá lugar, no eixo Norte-Norte, a uma **heterarquia estratégica** (onde as diferenças existem lado a lado, mas sem ligação por nenhum princípio de compatibilidade ou de ordem), formando uma nova “constelação” político-militar de potências científicas, produtivas, financeiras, tecnológicas, de serviços, etc.² Nos **múltiplos “centros”** de poder dessa “constelação”, afirmam-se uma série de **pivôs político-estratégicos** de projeção macrorregional, continental ou planetária: uma (e única) megapotência

² Sobre a noção de **heterarquia**, ver Steven Connor (1989).

global completa e estável (Estados Unidos); uma superpotência transcontinental (eurasiana) incompleta e instável (Rússia); uma superpotência continental em consolidação, de alcance intercontinental (Alemanha); duas superpotências regionais de alcance continental (França e Grã-Bretanha); uma superpotência regional de alcance subcontinental (Japão); um “mega-Estado” e macrossociedade (re)emergente (China); e várias potências de alcance regional (Itália, Índia, Coreia do Sul, Israel, Turquia) ou sub-regional (África do Sul, Brasil, Irã, Egito, Ucrânia, Vietnã, Indonésia, Paquistão).

A ação dos pivôs político-estratégicos redundando não só numa nova “geopolítica” (traduzida como “tracejado” seletivo de fronteiras e como compactação político-militar, visando à “estabilização administrada” das suas áreas imediatas e físicas de interesse), mas em novas percepções de espaço. Estas consideram as fronteiras “invisíveis” e as “desterritorializadas”, incorporando a qualidade da **transnacionalidade** na atuação dos Estados, enquanto pólos motores científico-tecnológicos e produtivos, alicerçados no alargamento de base econômica, promovido pelas corporações estratégicas. De fato, concomitantemente com a formulação de políticas planetárias governamentais — onde os Estados se realizam como pivôs políticos e (cosmo)estratégicos —, “horizontalizam-se” os espaços econômicos, institucionais, culturais e sociais. Consolida-se, assim, a transição das “nações-Estados” para as “sociedades-sistema”, assim como reapreciam-se a função e o papel do Estado e do governo.

Enquanto os Estados-nação foram determinados por meios e recursos especificamente vinculados à territorialidade, referenciados pela geopolítica (com seu raciocínio de eixos e arcos e de zonas de influência e presença física), os sistemas emergentes são guiados por novas percepções da forma, da noção e do exercício da soberania, assim como por mudanças nas relações entre economia e política e por novas demandas estratégicas que procuram responder à dispersão de responsabilidade e autoridade. A contraposição efetiva dos Estados nacionais à supranacionalidade emergente recoloca na pauta do debate, ou obriga a refocalizar, como eixos de referência essenciais, a questão dos interesses nacionais e sociais e dos objetivos nacionais, aparentemente obliterados ou esvaziados num mundo em transnacionalização e crescentemente globalizado.

De fato, o esforço para reduzir particularismos estatais e territoriais (quando não prescindir dos Estados), vistos como disfuncionais para as novas modalidades de integração transfronteiriça, traz embutidas incompleta **transnacionalização econômica e supranacionalização político-institucional**,

já que os interesses nacionais triádicos e diádicos continuam sendo defendidos (paradoxalmente, o surgimento do Thatcherismo e do Reaganismo, embora heraldos da cruzada antiestatal, reiterava a afirmação nacional como norteadora da ação política, econômica, militar e cultural do Estado, além de introduzir novas formas e sentido de regulamentação). Isto porque, apesar da crescente transnacionalização e da tendência à globalização e mundialização, as sinergias continuam a ser empresariais e não inter-societárias ou interestatal-nacionais. De fato, junto à **projeção de poder sistêmico**, os processos de reformulação estratégica e política no eixo Norte-Norte continuam a ser orientados pela projeção de poder nacional, determinando o reforço dos Estados nacionais — agora transmutados em **pivôs** político-estratégicos e culturais, enquanto os países funcionam como plataformas de **pólos motores** científico-tecnológicos e produtivos — e o resguardo da soberania no seu âmbito.

Nesse contexto, pensar a nova realidade e posicionar-se num mundo tão radicalmente modificado e em intensa transformação requerem reflexão sobre qual desenho e tipo de escora militar serão necessários para exercer, satisfatoriamente, o poder de vigília econômico, tecnológico e comercial e para adequar-se aos objetivos políticos de sustentação das novas relações de forças — calcadas nos macromercados e cadeias regionais e na (re)emergência de diferentes pólos de poder —, que afetam tanto as questões e problemas discernidos, os meios disponíveis e as formas de negociação percebidas quanto as possíveis respostas a soluções vislumbradas.

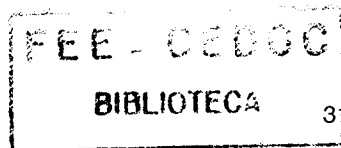
A partir dos centros dos sistemas de poder nacionais com projeção estratégica internacional e dos novos recursos em armamentos, trata-se de pensar e visualizar noções e práticas de **“segurança e interesse transnacionais e transfronteiriços”**, que não desqualificam, mas reconsideram, noções de segurança e interesse nacional, já que os Estados-nação continuam sendo organizadores da força no âmbito internacional, e acrescentam questões e preocupações que lidam com demandas de “segurança e interesse” societário e ecológico, que dizem respeito ao resguardo do hábitat, e da própria sobrevivência, da espécie humana. Paradoxalmente, é nesse contexto que as Nações Unidas se mostram insuficientes como negociadoras (*peace makers*) e guardiãs da paz (*peace keepers*), exigindo-se delas o papel de *peace wagers* e *peace enforcers* (o que implica um componente militar de deslocamento rápido, capaz de engajamento ofensivo) no marco da segurança coletiva, para o que não estão ajustadas.

As novas percepções de espaço expressam-se, no âmbito perceptivo dos países triádicos e diádicos, nas demandas por uma administração político-militar de configuração transnacional (além de funcionar numa perspectiva supranacional em termos institucionais), que responda aos requerimentos de estabilidade e previsibilidade econômica e que acompanhe os processos de mundialização cultural e globalização produtiva e as mudanças científico-tecnológicas e vivenciais. É neste contexto, de “transnacionalização militar” no eixo Norte-Norte e de readequação de interações das forças armadas da Tríade, em virtude das novas realidades políticas, dos novos desafios e dos novos equipamentos militares, que surgem questões cruciais em torno de temas tão diversos como *law enforcement* (nacional e transnacional), dissuasão e *strike-force* em um mundo multipolar heterarquizado estrategicamente.

Como parte do novo arranjo de forças, apresenta-se um mosaico de pivôs em competição por zonas de influência imediata e por fatias do poder continental, ou planetário, que redefinem, assim, o conteúdo e o sentido das suas parcerias e inserções. Isso se dá através de multifacetados processos, onde, por um lado, são vislumbradas **cadeias regionais de *security interlocking*** e, por outro, são delineadas **continentalizações político-estratégicas**.

Os processos de **encadeamento regional**, de alcance tático ou estratégico, respondem à dinâmica dos “países-Estado”. Trata-se da projeção de poder regional de países, que se manifesta taticamente em agregações políticas e militares formais, ou em exercício de influência, presença e irradiação (mesmo cultural) em torno das fronteiras nacionais, de cunho e alcance regional ou subcontinental, que levam em consideração o potencial perturbador ou conflitivo das regiões vizinhas ou de seus governos nacionais, assim como os interesses e as necessidades essenciais ou conflitantes. Procuram atender às necessidades (e possibilidades) de uma “previsibilidade razoável” e de segurança física, visando obter a “estabilização administrada” das adjacências geopolíticas (regional e sub-regional) e das áreas imediatas de interesse, nas quais os governos nacionais estão inseridos.

Dessa forma, os pivôs impulsionam recomposições político-militares, com o intuito de “regular” os diversos espaços e regiões conflitivos ou instáveis, ou, simplesmente, procurando antecipar-se a movimentos de desestabilização e assegurar tranquilidade nas fronteiras. Essas recomposições se concretizam de três formas básicas: através da projeção de poder de um determinado pivô (determinando **espaços de interesses**, o estabelecimento ou preservação de



área de influência e a manutenção ou aquisição de variadas **formas de presença**); por meio dos esforços de reformulação da gestão e controle político-militar, de alcance regional (considerando as necessidades e possibilidades de maior previsibilidade e segurança); e pela reestruturação e reorientação de órgãos internacionais obsoletos e pela criação de estruturas de segurança multilateral. É nesse contexto que se inserem as propostas de rearticulação político-estratégica, como a superação da OTAN no seu formato convencional, buscando criar um *eurocorps* de deslocamento e intervenção rápida, além de redefinir o marco institucional de sujeição (Parlamento europeu, União Européia); a acomodação do Japão e da Alemanha no quadro de “nações armadas”; a criação de unidades binacionais e trinacionais (franco-alemã, franco-belga-alemã, franco-italo-alemã) em função de cenários regionais e sub-regionais; a formação de uma comunidade de segurança do eixo Norte-Norte, estendendo-se de Vancouver à Vladivostok, atravessando o norte das Américas e a massa eurásiana; a ampliação da Conferência sobre Cooperação e Segurança na Europa (CSCE), etc.

Os exercícios de projeção do poder nacional são racionalizados e internalizados informalmente em diversas “doutrinas” formuladas (*enlargement* norte-americano) e “iniciativas” formais (Bush, Kaifu), ou mesmo não explicitadas, como a prática alemã de construção de **áreas contíguas estáveis de presença** e espaços conexos de influência; as ações da Rússia, gestando o que poderíamos chamar de **espaços contínuos** de influência e presença no eixo eurásiano e cuja base laboratorial é, em primeira instância, a própria Federação Russa, seguida pela Comunidade de Estados Independentes; a penetração japonesa na Ásia Oriental e Central e na Bacia do Pacífico, afiançando **esferas de amizade e cooperação** (que em muito lembram as “esferas econômicas” da geopolítica nipônica da década de 30); e as evoluções da China, numa **espiral de círculos concêntricos**, consolidando seu prestígio no interior das “diásporas chinesas” do Sudeste Asiático.

As continentalizações respondem à dinâmica dos “países-sistema”, desterritorializadas a partir da ação integrada de governos e corporações. As **continentalizações** são, na realidade, estandartes de uma profunda e abrangente redefinição política e estratégica, orientadas pelo “Grande Poliedro” de pólos tecnológico-produtivos e de pivôs político-estratégicos — constituído pelos Estados Unidos, Rússia, China, Japão e Alemanha — e que reafirma a Tríade e a Díade como *setting* de um reformulado condomínio poliárquico do Planeta. Haveria, em gestação, uma nova correlação de poder (não necessariamente

um equilíbrio nem uma “nova ordem”), baseada numa percepção de interesses, problemas e soluções que afasta esse “poliedro” acima mencionado da **política de formação de blocos** referenciados binariamente e explicitados em termos da adesão (ou oposição) a um eixo de orientação política internacional e de organização econômica nacional. Ao invés de “ordem” ou “fixidez”, temos a virtualidade da variação e dos câmbios transnacionais. Estabelecem-se, assim, novas alianças preferenciais, à procura de um equilíbrio intersistêmico, que leva em consideração o rearranjo estratégico em curso, as reemergências étnicas, nacionais e “religiosas”, a recomposição política sub-regional e regional e a possível eclosão de conflitos sub-regionais e regionais e o seu potencial de encadeamento inter-regional ou subcontinental. De fato, as continentalizações são condicionadas pelas possibilidades e vontades de projeção (conflitivas ou cooperativas) de pivôs político-estratégicos já constituídos ou em expansão e de seus embates (ou concatenações) com aqueles em processo de emergência e consolidação, visando participar de um novo arranjo de poder internacional. Expressam-se em tentativas de reorganizar institucionalmente as vinculações entre os países e seu condicionamento político-estratégico, através de posicionamentos que reafirmam identidades ou unicidades mega espaciais, “europeizando” a Europa, “asiatizando” a Ásia, e “americanizando” as Américas.

Numa outra perspectiva, as continentalizações são o ponto culminante da capacidade de imposição e projeção de determinados países, realçando a ação **pivotal** político-estratégica desses Estados — já configurados como verdadeiros pólos motores científico-tecnológicos e econômicos e, enquanto **sistemas** societários, como **focos** sócio-culturais. Nesse sentido, os processos de continentalização e regionalização não são somente “uma forma de defesa” dos interesses científico-tecnológicos e comerciais dos países avançados, mas um mecanismo de potencialização para o “ataque global”, que pode vir a sustentar movimentos contrários às tendências de unificação e centralização (ao menos numa perspectiva linear desses fenômenos), já que, no complexo jogo do poder internacional e transnacional, são capazes de reforçar desmembramentos e desintegração de Estados nacionais e desestruturas econômicas e políticas.

Pronta-resposta e estabilidade político-militar, tendo como produto desejado a previsibilidade — fundamental para projetos de porte continental ou global —, tornam-se vigas-mestra de um mutante marco econômico, tecnológico e cultural, num contexto de exacerbados conflitos étnicos e confes-

sionais, e de reafirmações nacionais. E previsibilidade implica sistemas abertos de governo e regimes plurais, além de transnacionalidade institucional. Isso leva à procura de parâmetros tanto para o novo arranjo global quanto para a mudança internacional neste planeta cambiante de forma tão radical. Confiança e desconfiança passam a ser, mais do que nunca, palavras-chave do atual contexto internacional, já que a dominação plena é inviável e o controle é um processo intermitente e em constante construção/desconstrução.

Bibliografia

- BUSINESS WEEK (1994). New York, 19 dez.
- CONNOR, Steven (1989). Introdução às teorias do contemporâneo. In:— **Cultura pós moderna**. Loyola.
- DREIFUSS, René Armand (1995). Impactos globais e percepções fragmentadas. **Premissas**, Campinas: UNICAMP, cad.9, abr.
- FOUCAULT, M. (1970). **The order of things: an archaeology of human sciences**. Tavistock.
- LIMITS to competition: preliminary report (1993). Lisboa: Gulbenkian Foundation/ The Group of Lisbon.

Abstract

The transformations of the technologic-scientific, productive and cultural basis of "advanced" socioeconomies, resulting from accelerated differentiation processes, economic and political-strategic diversification and recomposition, lead us to the threshold of a mutation in civilization. This paper is about this subject, basing itself on two axes: political-strategic heterarchy and technological-productive heterotopia.